

O HOMEM DO CAMPO EM “MENINO DE ENGENHO”

Damião Cavalcante do Nascimento¹
Luandson Luis da Silva²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal, analisar o romance “Menino de engenho” e perceber como as pessoas do campo foram excluídas da sociedade brasileira. Essas pessoas não foram reconhecidas com relação às suas capacidades intelectuais, sendo simplesmente usadas como instrumentos de trabalho. Mesmo excluídas da sociedade, percebemos que elas resistiram através de vários artifícios para sobreviver nesta sociedade excludente. Deste modo, se assumiram sujeitos históricos, ou seja, sujeitos históricos lutando por melhores condições de vida. O escritor paraibano José Lins do Rego retrata essas pessoas no período pós-abolição, onde as transformações sociais, econômicas, culturais estão aflorando de uma forma muito forte. Nessa perspectiva dialogamos com alguns autores tais como: Gil (2002); Pires (2012); Rego (2003); Rodrigues (2017), entre outros. Em meio a essa realidade social as pessoas do campo foram colocadas à margem da nova realidade do país, não foram inseridas na indústria, muito menos ocorreu uma capacitação da mão-de-obra para se adequar a essa nova realidade. Nesta perspectiva observamos as hierarquias impostas na sociedade brasileira, onde os brancos são colocados acima das pessoas negras vistas como inferiores, e incapazes de serem inseridas no processo produtivo do país e na industrialização. A compreensão era a de que as pessoas do campo não tinham capacidade para o trabalho na indústria; só serviam para o trabalho forçado e braçal na agricultura.

Palavras-chave: Homem do campo, Resistência, Sociedade Brasileira.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, nos debruamos para o perfil do homem do campo na literatura, para isso escolhemos a obra literária “Menino de engenho”, do escritor e romancista José Lins do Rego. O trabalho ainda tem como objetivo principal, analisar o romance “Menino de engenho” e perceber como as pessoas do campo foram excluídas da sociedade brasileira.

O trabalho apresenta em seus constructos um realce sobre as condições de pessoas na sociedade brasileira e as formas de tratamento que lhe foram concedidas. Nesse contexto, atentamos para as práticas existentes e as relações estabelecidas entre patrão e empregados, e como essas pessoas lhe dão no dia a dia com o trabalho, ou seja, como mão-de-obra assalariada, muitas vezes permanecendo no engenho na condição de agregadas. Todavia, a inserção dos trabalhadores na sociedade se deu de forma integral em todos os espaços, mesmo sendo pouco

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB - PB, damião.cavalcante@gmail.com ;

² Doutorando do Curso de Doctorado en Ciencias de la Educación da Universidad de la Integración de las Américas (UNIDA-PY), professorluandsonluis@gmail.com;

reconhecidos como sujeitos ativos socialmente. Desta feita, analisamos os mecanismos desses sujeitos na inserção do mundo rural de forma ativa.

Nos reportamos à sociedade brasileira do início do século XX, em especial a Paraíba, dessa forma, atentamos para as tramas narradas por José Lins do Rego, com relação às vivências do menino Carlinhos (Carlos de Melo) desde o momento em que ele foi para o engenho do seu avô até o momento da sua saída. Na sua trajetória de vida no engenho se torna pertinente como se dão os contatos de Carlinhos com as pessoas do engenho, em especial os trabalhadores e de como se davam tais contatos.

Nesse ínterim se faz necessário elencar a condição destas pessoas, o valor que elas possuíam no espaço rural, onde a produção açucareira que outrora era muito importante e trazia lucros essenciais para o senhor de engenho, agora não é mais a principal atividade deste local. Sendo assim, buscamos mostrar as estratégias que as pessoas do campo utilizaram para resistir às formas de exclusão social e a luta para se inserir na sociedade, contribuindo para a formação de uma sociedade, muitas vezes injusta.

Neste artigo utilizamos a pesquisa bibliográfica, para isso nos munimos das pesquisas de alguns autores que atentam para o homem do campo e a educação, tais como: Gil (2002); Pires (2012); Rego (2003); Rodrigues (2017), entre outras fontes de pesquisa que achamos importante para entendermos como ocorrem as relações educacionais no campo brasileiro.

Este trabalho se estrutura em seis partes, a primeiramente trazemos as ideias principais no resumo, logo em seguida apresentamos a introdução acerca da temática abordada neste artigo, assim partimos para os procedimentos metodológicos da nossa pesquisa bibliográfica, em seguida apontamos o referencial teórico, além dos resultados e discussões do tema e por fim trataremos as considerações finais como fechamento que é seguida das referências bibliográficas.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos deste trabalho contaram com a pesquisa é de caráter bibliográfico, por meio da pesquisa bibliográfica referentes homem do campo percebemos as nuances que ocorrem em nossa sociedade desde muito tempo atrás.

De acordo com Gil (2002), “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL 2002, p. 44).

Para Gatti (2012), a pesquisa se tornou ampla no dia a dia, sendo assim, buscamos informações constantemente através de referenciais específicos que nos permite compreender

o objeto de estudo (o homem do campo) mais profundamente tornando-se ponto inicial para compreendermos os contextos existentes na atualidade, para isso, os métodos de investigação são viáveis.

Dessa forma, a pesquisa enriquecerá significativamente os nossos conhecimentos. O método utilizado nesta pesquisa sobre o homem do campo será a qualitativa, uma vez que esta apresenta características que correspondem às necessidades de nosso estudo, pois utilizaremos estudos de alguns autores consagrados. De acordo com Malheiros (2011), o entendimento da realidade se dá de diversas formas, ele (o entendimento) também ocorre no tempo, e com isso, as sociedades buscam formas de entender a realidade posta.

O HOMEM DO CAMPO E SUA TRAJETÓRIA EM “MENINO DE ENGENHO”

A partir da literatura é possível perceber algumas nuances de nossa sociedade, nesse contexto observamos através da obra “Menino de engenho”, como se dão as relações de patrão e empregados no meio rural. A história se passa na propriedade de José Paulino, senhor de engenho e avô de Carlinhos, nosso protagonista, assim observamos logo de imediato que com o fim da escravidão, as pessoas negras e camponesas ainda são deixadas de lado e excluídas da sociedade como um todo, uma vez que essas pessoas agora do campo, muitas vezes sem ter para onde ir, tem no engenho o trabalho com baixos salários e as vezes sem remuneração.

O escritor paraibano José Lins do Rego, no livro “Menino de engenho”, retrata a trajetória das pessoas em um período em que o Brasil estava se transformando economicamente, com isso percebemos a realidade dos camponeses, trabalhadores do engenho e população rural que trabalhavam na cana ou viviam em extrema carência, como podemos perceber na fala da personagem no momento em que ia para o engenho “Passavam meninos com roletes de cana e bolos de goma, e uma gente apressada a dar e receber recados. E uma porção de pobres a receber esmolas” (REGO, 2003, p, 9).

Em meio a essa realidade os camponeses eram colocados à margem, pois os trabalhadores braçais eram na maioria negros e tidos como inferiores, eram os criados dos brancos, entretanto, retratados como incapazes de assimilar os conhecimentos necessários para adentrar ao mercado de trabalho nas cidades. Não é de se estranhar que a mãe de Carlinhos trouxera uma negra para trabalhar como empregada, são vistos como matutos e só serviam para o trabalho na agricultura, trabalhos forçados e braçal.

Nesse percurso, lançamos mão das tramas desse romance para entender a sociedade da época, e como ela agia com relação às pessoas camponesas, trabalhadores rurais. Recorremos à

literatura como fonte de pesquisa, pois nos proporciona a entender como uma determinada época e sua sociedade agia para com os diferentes grupos sociais, em especial conhecer o Brasil rural vivenciado por muitas pessoas que buscam por dias melhores.

Com a chegada de Carlinhos ao engenho, possibilitou-lhe conhecer um mundo diferente da cidade, onde até os cinco anos de idade tinha sido criado, visto não conhecer a vida no campo. Em primeiro momento, Carlinhos foi brincar com os “moleques”, nos mostra as diferenças entre ele e as outras crianças que ali viviam, ou seja, menino branco, filho de pessoas ricas e os meninos pobres, negros, do campo, nos faz refletir a dicotomia entre essas duas realidades.

Entendemos como as pessoas que moravam no engenho e tinham que trabalhar, todos faziam alguma atividade que fosse importante à manutenção do engenho como às atividades agrícolas, cuidados com o gado, até as crianças tinham que trabalhar.

No livro, através da escrita de José Lins do Rego o cotidiano do engenho é demonstrado, até mesmo os produtos do campo que ali existiam, como podemos observar, “o café estava pronto. Na grande sala de jantar estendia-se uma mesa comprida, com muita gente sentada para a refeição. [...] Tudo o que era para se comer estava à vista: cuscuz, milho cozido, angu, macaxeira, requeijão”. (REGO, 2003, p. 12). Não eram apenas pessoas da família do dono do engenho que faziam as refeições juntos, mas uma parte dos agregados do engenho, pessoas humildes que trabalham lá.

Carlinhos entra em contato com o homem do campo e o trabalho realizado por essas pessoas, que era a produção do açúcar, trabalho este árduo e feito por pessoas negras, assim percebemos o esforço desses sujeitos no campo, trabalhando para ganhar o pão de cada dia “Dois homens levavam caçambas com mel batido para as formas estendidas em andaimes com furos. Ali mandava o purgador, um preto, com as mãos metidas na lama suja que cobria a boca das formas.” (REGO, 2003, p. 13).

Neste universo, onde as crianças trabalham para ajudar suas famílias no engenho Santa Rosa, retrata como a vida do povo brasileiro estabelecidos no campo se dava, de certa forma fica subentendido a submissão dos camponeses e aceitam cedendo a todos os mandos impostos pelos senhores.

Neste cenário em que as crianças negras estavam presentes em todos os lugares, não é por acaso, pois elas tinham que cumprir alguma atividade, seja limpar as máquinas, ou até mesmo retirar o bagaço da cana. A vivência de Carlinhos com os primos evidencia outra condição imposta aos sujeitos do campo como diferentes dos outros ficando implícito nesta

passagem da fala da tia Maria de Carlinhos: “— Você está um negro — me disse tia Maria. — Chegou tão alvo, e nem parece gente branca. Isto faz mal.” (REGO, 2003, p. 14).

Todavia, ressaltamos que no período em destaque os empregados dos engenhos muitas vezes tinham um tratamento praticamente desumano para com os empregados como fica evidente nesta citação. “As pobres negras e os moleques sofriam dessa criatura uma servidão dura e cruel. Ela criava sempre uma negrinha, que dormia aos pés de sua cama, para judiar, para satisfazer os seus prazeres brutais”. (REGO, 2003, p. 15). Percebemos nesse trecho os desmandos e mal tratos com os serviçais explicitando os resquícios da escravidão e diferenças, presentes constantemente no enredo da obra.

Na obra é possível perceber os trabalhadores do campo que vendidos os produtos na cidade e como meio de transporte usavam os burros que iam com seus caçuás carregados e voltavam para casa após a venda de seus produtos na cidade com quilo de carne para alimentar a família, no canto também que criava animais como fica evidenciado quando a tia Maria vai ao sítio de seu Lucino e pergunta por seus porcos que havia dado de meia para aquelas pessoas. A produção de hortaliças de verduras, frutas entre outros também é retratado, uma característica muito comum nos sítios são os fogões a lenha, o preparo do café, as crianças tímidas e a alegria de encontros com pessoas de outras localidades.

No período de chuva e na época do plantio era algo esplendoroso para as pessoas, uma vez que o inverno no alto Sertão possibilita a plantação de diversas culturas essenciais para a sobrevivência dos sertanejos. No verão o rio Paraíba seca ficando apenas alguns pontos com água, nesses locais se plantava, dava-se água aos animais, tomava-se banho fazia de cacimba na qual as pessoas pobres e do campo usavam para saciar a sede como retrata na obra:

O rio no verão ficava seco de se atravessar a pé enxuto. Apenas, aqui e ali, pelo seu leito, formavam-se grandes poços, que venciam a estiagem. Nestes pequenos açudes se pescava, lavavam-se os cavalos, tomava-se banho. Nas vazantes plantavam batata-doce e cavavam pequenas cacimbas para o abastecimento de gente que vinha das caatingas, andando léguas, de pote na cabeça. [...] Nas grandes secas o povo pobre vivia da água salobra e das vazantes do Paraíba. [...] arrancar as batatas e os jerimuns (REGO, 2003, p. 23).

As enchentes que ocorreram no rio Paraíba, vez por outra eram muito grandes e causavam prejuízo foi assim que aconteceu um episódio marcante para as pessoas que viviam no engenho onde ocorreu uma grande enchente e as pessoas ficaram isoladas, tiveram que sair de suas casas pois o rio traseira muitas águas, assim percebemos que as pessoas ao redor do Engenho eram carentes necessitavam de muitas melhorias para sobreviver com dignidade, mesmo assim não existiam e faziam de tudo naquele mundo cheio de distinções sociais. “Eles pareciam felizes de qualquer forma, muito submissos e muito contentes com o seu destino. A

cheia tinha-lhes comido os roçados de mandioca, levando o quase nada que tinham. [...] Eram uns cordeiros.” (REGO, 2003, p. 28).

Rego (2003), nos mostra um povo obediente e submisso, nos fazendo compreender que essas pessoas sabiam muito bem como viver em tais situações, pois precisavam do engenho para sobreviver. Dessa forma, elas não eram submissas totalmente, vez por outra alguém quebrava as regras impostas pelo coronel José Paulino. No entanto, esse autor, escreve a partir de seu tempo, se reporta às personagens que trabalham no engenho, logo viventes do campo, como totalmente submissos de forma que muitos vivem como flagelos, passando de engenho a engenho em busca de trabalho e sobrevivência.

O engenho e a casa de farinha repletos de flagelados. Era a população das margens do rio, arrasada, morta de fome, se não fossem o bacalhau e a farinha seca da fazenda. [...] gente esfarrapada, com meninos amarelos e chorões, com mulheres de peitos murchos e homens que ninguém dava nada por eles – mas uma gente com quem se podia contar na certa para o trabalho mais duro e a dedicação mais canina (REGO, 2003, p. 28).

Para essa gente, arrasada pelas cheias, agora apenas lhes restava o trabalho para pagar o pedaço de bacalhau e a cuia de farinha que havia recebido do Senhor de Engenho. Evidenciamos as diferentes condições das pessoas que viviam no campo naquele período, como por exemplo as pessoas brancas e os donos das terras e as pessoas pobres que em sua maioria eram negras e o uso da terra era fundamental para sobreviver. Carlinhos faz parte da classe que tinha os direitos e os privilégios que eram os brancos, estes tinham prestígio estabilidade direito políticos e sociais enquanto o restante muitas vezes era tratado como animais, estavam ali para servir ao Senhor.

Segundo Pires (2012), o povo do campo tem uma cultura diversificada e muito rica, por isso é preciso reconhecê-los a partir de suas identidades próprias, costumes, conhecimentos, dessa forma, muitos movimentos tem surgido almejando melhorias para o homem do campo, como evidencia-se “O campo precisa ser compreendido como um modo de vida sociocultural no sentido de que sejam afirmadas as suas identidades”. (PIRES, 2012, p. 43). Nesse ínterim, é preciso proporcionar um bem maior que é a terra de qualidade para que a produção familiar se constitua de forma igualitária.

O homem do campo é sujeito de direitos da mesma forma que qualquer outro cidadão brasileiro e como tal deve ser valorizado em suas especificidades. Sendo assim, a partir das lutas travadas vem se alcançando alguns benefícios para esse povo que necessita de políticas públicas para trazer melhorias para esse povo de nossa sociedade.

Pires (2012), traça as formas de vivências dos povos campesinos e aponta para a diversidade de povos do campo cada um com sua dinâmica e para isso mostra o que é agricultura

familiar vem desde a década de 90 e as famílias rurais usam sua força de trabalho na produção de alimentos para sua subsistência.

Todavia, para o branco e com posses, a educação formal estava incluída, aos demais trabalhadores do campo se dava de forma muito difícil, muitas vezes nem acontecia. Essa situação se dá na ida de Carlinhos à escola. A educação para as crianças do engenho era uma educação oferecida pelo coronel, e tinha por objetivo formar essas crianças e jovens para o trabalho do engenho, uma educação que aliena e que não liberta os pobres da condição de subservientes. É bem comum vermos essas práticas no campo, visto que muitos trabalham em grandes fazendas, não podem nem têm condições de ir até uma escola onde se ensine de forma imparcial, ficando reféns dos latifundiários.

A educação³ para o neto do prefeito da cidade e senhor de Engenho era diferenciada, pois não sofria nenhum maltrato na escola enquanto as crianças pobres geralmente sofriam quando não responderam as questões corretamente, era um mundo de miséria e contrastes que fazer a realidade de um país recém-saído da escravidão e que não dava acesso, e melhorias para uma população carente que precisava ser assistida pelo Estado, este que não tinha as pessoas carentes e negras como cidadão cabendo-lhe os maus tratos que ocorriam através das exportações do trabalho no campo e dos maus tratos nas próprias escolas para com esse sujeito. “Existia um copo separado para eu beber água, e um tamborete de palhinha para ‘o neto do coronel Zé Paulino’. Os outros meninos sentavam-se em caixões de gás. [...] quando acertava, mandavam que desse nos meus competidores.” (REGO, 2003, p. 31).

No decorrer da narrativa observamos o quanto o coronel imprimia suas ordens para os moradores de suas terras, procurava auxiliar estes, porém sempre com interesses por trás que era ter a mão de obra dessas pessoas para que cuidassem das suas terras, alienando esses trabalhadores que, por não possuírem moradias e terras estavam sempre submissos às suas vontades.

Os povos que ali habitavam em troca de sua mão de obra eram muitas das vezes obrigados a trabalhar sem condições de saúde, pois os donos de engenho os ameaçavam, dizendo que ia os expulsar e tocar fogo em sua casa, como podemos observar na fala do coronel, observamos que as pessoas eram tratadas como propriedade dele, sem nenhuma liberdade.

Nas terras do Engenho viviam muitas pessoas, era mais de 4.000 (quatro mil) das quais estavam sobre a ordem do Coronel José Paulino que de vez em quando você for ia todo seu

³ A respeito ver: RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva. Et al. Nucleação de Escolas no Campo: conflitos entre formação e desenraizamento. In: Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 707-728, abr./jun. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623657687>

território verificar como essas pessoas que também tinham que trabalhar para ele estavam, fazia ameaças de pôr para fora de suas terras aqueles que não quisessem o que ele mandasse “O meu avô então gritava:— Boto pra fora. Gente safada, com quatro dias de serviço adiantado e metidos no eito do Engenho Novo. Pensam que eu não sei? Toco fogo na casa.” (REGO, 2003, p. 34).

A narrativa produzida por Rego (2003), mostra o contexto brasileiro das pessoas do campo que, ainda havia de servir no engenho por estar morando em suas terras. Todos tinham que trabalhar, homem, mulher e crianças, pois o sustento que eles tinham vinha da terra, ou seja, não havia outra opção, era melhor viver ali no engenho e tem que servir ao coronel do que ver na miséria completa com sua família, por isso deveriam trabalhar para pagar essa estadia nas terras do senhor.

Nesse contexto tinha que se trabalhar de graça para o coronel e pagar o foro com esse serviço, assim todos que moravam ali trabalhavam uma certa quantidade de dias por semana para o senhor de Engenho e ainda o que retiraram de suas plantações tinha que ser entregue uma dada parte do que tinha produzido para o coronel.

Em meio a essa realidade, ou você pagava em dinheiro pelo uso das terras como rendeiro ou simplesmente teria que servir, da parte da colheita e trabalhar para o coronel, “um rendeiro que não tinha a obrigação dos três dias no eito. Pagava o foro e ficava livre da servidão da bagaceira.” (REGO, 2003, p. 34).

No engenho onde o menino Carlinhos foi morar, o desejo de viver com dignidade do homem do campo se faz presente. No entanto, é pertinente afirmar, que os acessos à a terra não lhes era concedida de mãos beijadas, essa foi conquistada se deu a duras penas. Todavia, existe a exclusão de uma parcela da sociedade que é colocada à margem, dos bens e riquezas de nosso país não é de agora, mas fruto de injustiças do passado.

Na trama tecida no romance, Rego (2003), nos mostra que as pessoas que viviam no engenho podiam ser castigadas pelos brancos e nada acontecia, pois, os mandos e desmandos do coronel José Paulino e de quem estivesse sob sua proteção era lei.

Essa situação se mostra reveladora da condição das pessoas do campo na sociedade brasileira do início do século XX, elas não eram consideradas como serviçais, para o senhor de engenho, suas palavras não tinham muito crédito, valor.

Essa condição se mostra quando Carlinhos fala da antiga senzala que não deixou de existir e velhas mulheres negras ainda vivem neste lugar

As negras do meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho, não deixaram a rua, como elas chamavam a senzala. E ali foram morrendo de velhas. Conheci umas quatro: Maria Gorda, Generosa, Galdina e Romana. O meu avô

continuava a dar-lhes de comer e vestir. E elas a trabalharem de graça, com a mesma alegria da escravidão. As suas filhas e netas iam-lhes sucedendo na servidão, com o mesmo amor à casa-grande e a mesma passividade de bons animais domésticos. (REGO, 2003, p. 49).

Percebemos que colocam as negras de forma passiva assim, observamos que estas pessoas não foram integradas à sociedade e não lhes deram os direitos necessários para viver dignamente, assim com as pessoas do campo, deviam favores ao coronel, era uma forma de sobreviver naquele espaço, ou seja, elas estavam ali porque necessitavam, não eram assistidos pelo Estado, no entanto, não significava que fossem totalmente submissos como o autor retratou, pois sabemos que vez ou outra não aceitavam as imposições do coronel José Paulino.

Outro fato importante recorrente para a maioria dos personagens da obra e que evidencia as desigualdades no campo é quando percebemos que a educação formal não era dada para estas pessoas, pois como abordado anteriormente, os filhos dos pobres não tinham esse direito que era negado constantemente como fica explícito no trecho: “Tudo eles sabiam fazer melhor do que a gente; soltar papagaio, brincar de pião, jogar castanha. Só não sabiam ler.” (REGO, 2003, p. 50).

Através desse trecho, Rego (2003), evidencia as hierarquias entre os sujeitos sociais, ou seja, define as posições do homem do campo e negros em relação aos brancos e senhores, donos de terras, dinheiro e poder. As pessoas do campo estão sempre sendo colocadas em condições subalternas e inferiorizadas visto serem os trabalhadores que moviam o engenho sem seus direitos trabalhistas afirmados, muitos trabalhavam de graça.

Nesse contexto, as pessoas que viviam ao redor do Engenho muitas vezes eram pobres e necessitadas, pediam ajuda ao coronel para poder plantar em suas terras, fica nítido que as pessoas sobreviviam a um custo de vida muito árduo como exposto: “Depois do jantar o meu avô sentava-se numa cadeira [...] Era gente que vinha pedir ou enredar. Chegavam sempre de chapéu na mão com um ‘Deus guarde a Vossa Senhoria’. Queriam terras para botar roçados, lugar para fazer casas, remédio para os meninos” (REGO, 2003, p. 53). Sendo assim, essas pessoas moravam geralmente na terra do senhor de engenho, tinha que seguir todas as regras impostas por ele, como pesar o algodão em sua balança, não criar animais de outros em seu território, ou fazer qualquer coisa contrária ao que lhes era imposto.

Podemos observar na narrativa que, no Santa Rosa não era trabalhado apenas a monocultura da cana-de-açúcar, mas contava com as plantações de algodão e a criação de gado, os bois serviam tanto para o transporte das pessoas da casa grande, de alimento, quanto para transportar coisas pertinentes ao engenho, como por exemplo a cana-de-açúcar, criação de ovinos e caprinos que serviam para a alimentação.

Com todo esse enredo, xingamentos e aborrecimentos vinham sempre por parte do senhor, porém jamais eles se mostravam descontentes, pagava um furo por estar ali naquela terra usando-a, um e saíam outro chegava e assim era a vida no campo no engenho Santa Rosa. José Paulino era um coronel e tinha um local de poder na sociedade da época, hoje nesse período de 1920 o coronelismo reinava principalmente no nordeste brasileiro.

Embora as pessoas do campo que José Lins do Rego coloca no enredo fossem livres, nem sempre eram incluídos na sociedade como trabalhadores (as) assalariados (as), ele se refere a estas pessoas como sendo felizes. Como poderia alguém ser feliz vivendo à margem de todos os direitos sociais e econômicos? As pessoas do campo de vez em quando se mostram descontentes? O imaginário de Carlinho mostra-se diferente, pois desde criança as pessoas que viviam no engenho, trabalhavam e quando se tornaram adultos a vida era mais dura ainda, visto que trabalhavam de sol a sol no engenho para sobreviver em um mundo desigual e cheio de altos e baixos, as crianças eram segundo o autor

aqueles pequenos servos do meu avô [...] Cresciam, e eram os homens que ficavam de sol a sol, no eito puxado do meu avô. [...] Trabalhadores, de enxada no ombro, vinham do serviço para casa. Conversavam às gaitadas, como se as 12 horas do eito não lhes viessem pesando nas costas. (REGO, 2003, p. 65).

No imaginário do nosso narrador, as crianças filhas dos moradores das dependências do engenho eram os pequenos servos de engenho, pois quando crescessem iriam trabalhar no engenho. Esses trabalhadores eram os homens do campo, não recusavam trabalho, pois tinha que alimentar a família, já que a agricultura não lhes dava a subsistência necessária para sobreviver, visto ter o foro para pagar e trabalhavam no pesado, de até 12 horas diárias. Essas pessoas não eram poucas, no engenho, existiam muitas pessoas que eram de certa forma, “protegidas do coronel” José Paulino, como assim diziam.

No entanto, essas pessoas legitimam o poder do coronel e sua autoridade, mesmo após a escravidão, ainda se falava na sociedade rural no feitor, ou seja, na pessoa que comandava os homens no trabalho no engenho. Embora livres, os trabalhadores do campo e empregados eram forçados e davam duro, pois necessitavam do trabalho e se submetiam às imposições estabelecidas pelo coronel.

Na relação entre o patrão e o trabalhador do campo, agregado do engenho, estas pessoas não aparecem em posição de destaque, aparecem em toda a trama como as que nasceram para os trabalhos forçados, e menos qualificados que seria o trabalho nas plantações de cana-de-açúcar. portanto, não são reconhecidas como detentoras de saberes intelectuais, morais.

Outro momento da obra se dá na limpa de mato dos canaviais, cerca de oitenta homens trabalhando de sol a sol, com o suor escorrendo e levando ritos do “feitor” “Da calçada da casa-

grande viam-se no meio do canavial aquelas cabeças de chapéu de palha velho subindo e descendo, no ritmo do manejo da enxada: uns oitenta homens comandados pelo feitor José Felismino, de cacete na mão, reparando no serviço deles.” (REGO, 2003, p. 74).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados após a análise da obra constataram que as hierarquias das pessoas abastadas e relação ao trabalhador do campo, o preconceito e a discriminação em relação a essas pessoas também são perceptíveis, sujeitas as formas de tratamentos desiguais. No engenho havia muitas pessoas, das quais eram trabalhadores, moradores, arrendatários que tinham que trabalhar na terra do senhor de engenho. “E à noite, o terreiro da casa-grande se enchia com um exército de esfarrapados. Bebiam cachaça nos dias de chuva, e voltavam para casa para o sono miserável da cama de vara.” (REGO, 2003, p. 76).

Nesse contexto, Rego (2003), em sua trama se reporta ao tempo do início da República, se reportando ao período pós-abolição da escravidão demonstrando que o fato de as pessoas serem livres não significou muita coisa, visto que as pessoas negras não tiveram os seus direitos garantidos, foram deixados de lado e tendo que sobreviver no campo, em terras de algum latifundiário, a exemplo as pessoas que vivem no engenho Santa Rosa. Assim, a personagem do romance, Coronel José Paulino contava que: “Não me saiu do engenho um negro só. Para esta gente pobre a abolição não serviu de nada. Vivem hoje comendo farinha seca e trabalhando a dia” (REGO, 2003, p.78). Este trecho mostra como as distinções sociais eram extremas, ou seja, os brancos se viam acima das pessoas negras que eram tidas como simples serviçais, serviam apenas para trabalhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a narrativa traz muitos fatos que historicamente os povos do campo foram submetidos, suas vidas foram marcadas pela escravidão, servidão e consequentemente pela miséria. A adversidade que foi imposta pelos coronéis da época e que mesmo após a escravidão estas pessoas eram tratadas de forma desumana, e tudo se parecia normal, uma vez que a sociedade vigente era desalheia as pessoas pobres e negras, estas não tinham vez na sociedade brasileira.

No mais, é possível observar o quanto essas pessoas foram maltratadas, humilhadas e consideradas inferiores, eram estigmatizadas por serem negras e pobres, o único aspecto que

observavam e “reconheciam” era sua mão de obra, o homem e mulher do campo, só serviam para o senhor de engenho na hora do trabalho nos canaviais.

Neste cenário histórico, de pós-escravidão, o trabalho, e necessidade de confiança e respeito para com o patrão era de fundamental importância, com isso recebiam comida, casa e proteção, os ex-escravizados (as) trabalhavam no engenho e na casa-grande sem receber nada por isso. A relação entre negros e brancos é vista como cordial em que a troca de favores traz ganhos para ambos os lados e o avô de Carlinhos, que ao seu ver era considerado um homem justo e protetor dos seus, se mostra como um coronel, nos tempos do coronelismo, ademais ele era o prefeito e tinha todos os poderes de um senhor feudal.

Contudo, esta obra de arte de nossa literatura traz em seu seio muitas reflexões e nos faz pensar na realidade brasileira no início da República e como a população do campo, outrora escravas passaram a sobreviver em meio a todos os desafios impostos por uma sociedade desigual e excludente que não deu direitos necessários para estas populações.

REFERÊNCIAS

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro Editora, 2012, p. 9 – 45.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. 4 ed. Atlas, 2002.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

PIRES, Angela Monteiro. Educação do Campo como Direito Humano. São Paulo: Cortez, 2012. PIRES, Angela Monteiro. **A história e cultura das diferentes populações**. 2012, p. 43-76.

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2003.

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva. Et al. Nucleação de Escolas no Campo: conflitos entre formação e desenraizamento. In: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 707-728, abr./jun. 2017.